



Código: 39C

A classificação, no lato sensu, diz respeito ao processo de agrupar objetos em categorias de acordo com características semelhantes, constituindo classes. É uma atividade comum a diversas áreas do conhecimento: a biologia classifica seres vivos, o direito as infrações penais, a meteorologia os fenômenos climáticos e a química, por sua vez, os elementos da tabela periódica.

No stricto sensu da Arquivologia a lógica não é muito diferente: a classificação arquivística consiste em um processo de agrupamento de documentos arquivísticos - os objetos - em decorrência de características semelhantes. Refere-se a uma atividade intelectual e analítica pela qual realiza-se a decomposição dos componentes envolvidos, possibilitando sua compreensão, para subsequente agregação em classes que reúnem documentos interrelacionados por características em comum.

Autores como Herédia Herrera (1991), Gonçalves (1998), Sousa (2006), Schmidt e Smit (2013; 2015) e Schmidt (2024) produziram estudos que reúnem importantes contribuições sobre a Classificação na Arquivologia.

Sabe-se que a Arquivologia, enquanto campo das Ciências Sociais Aplicadas, teve seu desenvolvimento condicionado pelas transformações administrativas, legais, científicas, políticas e tecnológicas ocorridas na sociedade. Essa dinâmica se estende com reflexos na evolução de cada uma das funções arquivísticas, das quais, para este texto, destaca-se a Classificação.

O prólogo da Classificação na Arquivologia remonta ao século XVII, quando os documentos eram agrupados em decorrência de seus conteúdos informativos, culminando na elaboração de classes baseadas em assunto, cronologia, localização, entre outros critérios que não a origem funcional desses objetos. Como resultado, formavam-se conjuntos que misturavam documentos de diferentes proveniências, distanciando-os do seu contexto de produção documental, furtando-lhes seu valor probatório.

A partir do século XIX, com a consolidação dos princípios arquivísticos como Proveniência e Ordem Original, a natureza contextual dos arquivos torna-se evidente na Arquivologia, fornecendo as bases para a evolução da Classificação na direção da perspectiva funcional.



Código: 39C

Nesse sentido, evoca-se a obra de Sousa, que preconiza que o desenvolvimento da Classificação Arquivística foi impulsionado por dois fatores:

- 1) o volume cada vez maior de documentos acumulados nos arquivos e nos órgãos produtores, e
- 2) necessidade de consolidação epistemológica no que tange as funções arquivísticas.

O primeiro fator traz à tona a influência do contexto macrosocial na Classificação. Isso porque o uso massivo de tecnologias, a complexificação das estruturas sociais e as demandas relativas ao acesso à informação resultaram em um cenário no qual tornou-se imperativo pensar em métodos, técnicas, modelos e práticas que subsidiassem a organização eficiente dos documentos, tendo como prioridade assegurar o valor probatório desses objetos em todos os processos do tratamento técnico arquivístico.

O segundo fator, por sua vez, retrata uma demanda própria da Arquivologia, que buscava estabelecer uma base epistemológica articulando princípios, funções, processos e objetos para assegurar a autonomia teórica e prática do campo.

Assim, na contemporaneidade, a associação desses fatores culminou na Classificação Arquivística funcional como perspectiva do processo classificatório, no documento arquivístico como objeto/insumo desse processo e no arquivista como agente responsável pelas atividades intelectuais e analíticas por ele compreendidas.

Nessa perspectiva, a Classificação ocorre a partir da análise dos documentos arquivísticos, funções e atividades do órgão produtor, possibilitando a compreensão global do contexto de produção documental. Dessa forma, produz-se uma espécie de retrato que permite compreender quem, por que, quando, onde e como os documentos arquivísticos foram produzidos.

Ressaltadas as divergências terminológicas em decorrência dos diversos modelos de Classificação, usualmente esse processo se materializa em um produto denominado plano de classificação, que instrumentaliza



Código:

39C

essa função arquivística.

O plano de classificação resulta em uma sistematização de categorias e subcategorias - classes e subclasses - que reflete as relações lógicas e hierárquicas que residem na teia relacional formada pelo órgão produtor, funções, atividades e documentos arquivísticos por ele produzidos. Assim, situa os documentos em conjuntos orgânicos, mantendo a coerência interna e a organicidade dos componentes de uma relação parte-todo.

Portanto, o produto da classificação constitui uma representação completa dos documentos arquivísticos e seu contexto de produção documental, possibilitando o registro e a manutenção dos vínculos que existem no interior desse contexto.

Dessa forma, a Classificação garante a qualidade arquivística dos documentos, fixando em um instrumento a conjuntura das características que moldaram a sua produção. Assim, essa função representa e garante o contexto de produção documental, sustentando o valor probatório dos documentos arquivísticos ao longo do tempo e no espaço.

Nessa linha de pensamento, vale destacar que a primazia do contexto é uma premissa fundamental da Arquivologia, pois através dela é que se garante que os documentos são testemunhos privilegiados e capazes de provar as ações que registram, condicionando o valor probatório à natureza contextual dos arquivos.

Diante disso, apreende-se novamente a perspectiva de Sousa, para quem a Classificação é uma função matricial do fazer arquivístico, situando-a no centro das práticas de Gestão de Documentos. Isso porque os agrupamentos formados pela Classificação subsidiam as análises inerentes à Avaliação, seja pelas sistematizações propostas no plano de classificação ou pelas informações reunidas no processo classificatório. Nessa conjuntura, a Avaliação considera os conjuntos de documentos correspondentes aos mesmos processos de trabalho, que formam séries que compartilham características de fluxo, temporalidade e destinação final congêneres.

Além disso, a Classificação é transversal a todos os processos de organização nos arquivos através da segmentação de documentos



Código:

39C

em conjuntos estratificados no plano de classificação.

Não obstante as informações reunidas e sistematizadas ao longo do processo classificatório podem ser o ponto de partida para as atividades de Descrição, demonstrando o caráter transversal da Classificação em relação às demais funções arquivísticas.

~~Por fim, cabe ressaltar~~

Ademais, a Classificação Arquivística, através da manutenção do contexto de produção documental, sustenta o valor probatório dos documentos, ensejando que a recuperação e o acesso sejam pautados em informações qualificadas e capazes de atestar as ações que testemunham.

Por fim, ~~cabe~~ ressaltar que o tratamento técnico no âmbito das funções arquivísticas não é o fim em si. Ressalvadas as exceções legais, o documento arquivístico deve estar disponível para uso em ordem de atender às necessidades institucionais, administrativas, ^{jurídicas} ~~legais~~, históricas, científicas, memoriais e sociais às quais se relacionam. Dessa forma, considerando o cenário delineado, a Classificação Arquivística apresenta-se como função essencial para possibilitar a recuperação, acesso e uso de informações contidas em documentos contextualizados e com capacidade probatória; ocupando, assim, um papel central no cumprimento do papel social dos arquivos.